

## Principais desafios da protecção social em Moçambique

Moisés S. Siúta

O direito à protecção social, como meio de libertar os cidadãos de riscos associados à vida humana como, por exemplo, a carência alimentar, a agressão física ou psicológica, é universal. No entanto, o mesmo não se pode dizer sobre a sua cobertura no mundo e, particularmente, em Moçambique onde o sistema formal exclui quase 90% da população<sup>i</sup>, ou seja, 27 milhões de habitantes de um total que, segundo o Instituto Nacional de estatísticas (INE)<sup>ii</sup>, no último censo geral da população actualmente é de quase 30 milhões.

Que desafios impedem o desenvolvimento de um sistema de protecção social formal capaz de beneficiar a maioria da população moçambicana? Esta foi uma das questões principais discutida no painel “Protecção Social, Saúde e População em Moçambique” da conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), alusiva ao lançamento da 10ª edição do livro de *Desafios para Moçambique* (daqui em diante designado apenas por *Desafios*), realizada nos dias 19 e 20 de Setembro do ano corrente. Ao longo das 10 edições do *Desafios*, a Protecção Social em Moçambique aparece entre os temas de pesquisa do IESE que mais se destacou. Da primeira até a nona edição do *Desafios*, ao todo publicou-se 151 artigos dos quais 48 dedicam-se a aspectos relacionados à protecção social<sup>iii</sup>.

O objectivo desta nota é partilhar o debate sobre os desafios da protecção social moçambicana com um público mais amplo e, apresentar, resumidamente os seus principais desafios destacados durante as 10 edições do *Desafios* e na conferência acima referida. A análise é feita obedecendo as quatro secções que habitualmente

compõem o livro: i) política; ii) economia; iii) sociedade; e iv) Moçambique no mundo.

### Principais desafios da protecção social Política.

Na secção política, o principal desafio para a protecção social moçambicana são os (1) conflitos políticos (partidários e eleitorais) na luta pelo controle do poder político e económico. Muitas vezes esses conflitos refletem-se em assassinatos entre membros de partidos políticos e em conflitos militares (e.g.: entre as forças governamentais e da RENAMO). O seu contributo para a protecção social tem sido negativo, pois o contexto político conflituoso põe em risco a vida dos cidadãos ao invés de protegê-los. Pior ainda, a destruição da economia pelos conflitos militares e o retrocesso no desenvolvimento económico e social causados pela intolerância e falta de espaço para o diálogo político construtivo deixam a maioria da população na miséria e sem poder adquirir meios financeiros e matérias para se proteger de riscos associados ao ciclo da vida humana.

**Economia.** Na secção económica o destaque vai para dois desafios: o (2) endividamento público e a (3) estratégia de crescimento com poupança externa cujas políticas de investimento privilegiaram o capital estrangeiro ao invés de criar e promover mecanismos de financiamento do investimento através da poupança interna.

As crises económicas que irrompem quando a dívida fica insustentável agravam a condição de pobreza em que vive a maioria da população por pelo menos três maneiras: a) retraindo o investimento com capacidade de gerar emprego – ao criar um ambiente económico de incerteza para os empresários; b) agravar o custo de vida, geralmente pela subida de preços de bens e serviços, depreciação do Metical e subida das taxas de juros c) desviar recursos destinados a sectores sociais (e.g.: saúde, educação, pensões) do Orçamento do Estado para um serviço da dívida cada vez mais crescente.

A estratégia de crescimento com poupança externa é prejudicial ainda noutra sentença. Além de contribuir estimulando o endividamento público, também desincentiva a criação e desenvolvimento de mecanismos a nível nacional para garantir a sustentabilidade financeira dos programas de protecção social. Por exemplo, o fracasso dos programas de combate ao HIV em Moçambique está relacionado com a dependência financeira; ao declínio do fluxo da ajuda externa para o sector da saúde e à ineficácia das políticas e acções impostas pelos doadores no combate ao HIV<sup>iv</sup>.

Num nível mais global, a estratégia de crescimento moçambicana não garante protecção social financeiramente viável pois também não garante um crescimento económico sustentável como demonstra a trajetória do crescimento económico na Figura 1<sup>v</sup> que ilustra o processo de de-

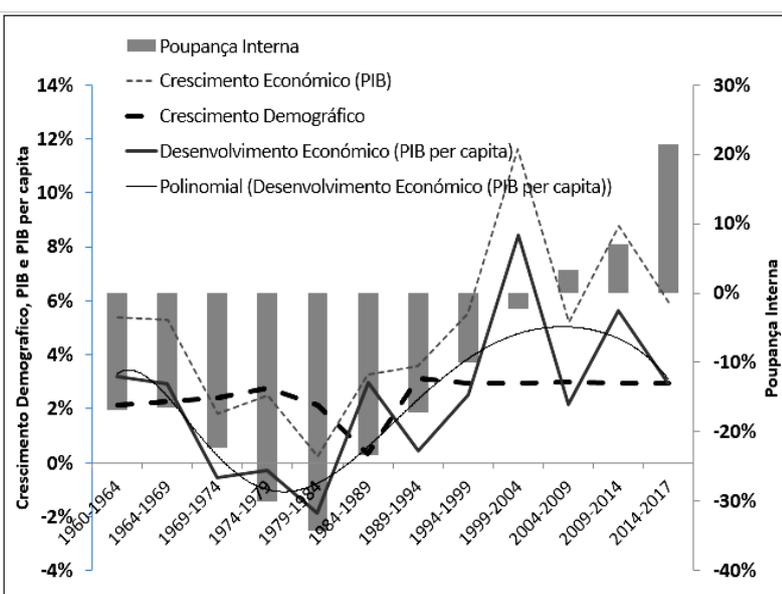


Figura 1: Poupança Interna, Crescimento económico, demográfico e desenvolvimento. Moçambique 1960-2017.

envolvimento de Moçambique desde 1960 até 2017, em períodos de 5 anos. Dos 57 anos, 28 (1964-1992) foram marcados por duas guerras (a luta pela independência e a guerra civil) e a maioria dos restantes 29, por conflitos e desentendimentos políticos. A trajetória da poupança interna e do PIB *per capita* é reveladora das consequências das opções económicas de crescimento e desenvolvimento, assim como das opções políticas que Moçambique tomou. Nas primeiras 4 décadas a poupança interna é negativa e o crescimento do PIB *per capita* (1% ao ano), como indicador de desenvolvimento é inferior ao crescimento demográfico (2% ao ano).

**Sociedade.** Nesta secção, o livro centrou-se noutros dois desafios (4) o crescimento e a estrutura demográfica e (5) o assistencialismo do Estado moçambicano. A população moçambicana cresce a um ritmo estável, quase 3% ao ano para o período 1960-2017 (figura 1). O crescimento desta representa um desafio nos centros urbanos. Por exemplo, 94% do crescimento da população deve-se à diferença entre a natalidade e a mortalidade e apenas 6% é explicado pela migração. No contexto em que as políticas públicas não se adequam ao crescimento populacional, boa parte da população fica excluída da distribuição e acesso a serviços básicos pois o crescimento populacional coloca pressão sobre serviços e infraestruturas cuja oferta é reduzida (e.g.: água, transporte, educação, saúde, emprego, habitação)<sup>vi</sup>. O assistencialismo do Estado perpetua este cenário, pois o Estado promete proteger cidadãos mesmo sem a capacidade para tal. Por exemplo, os objectivos da protecção social na lei nº 4/2007<sup>vii</sup> incluem utilizar mecanismos de protecção social formal para atenuar a pobreza absoluta. Porém, Moçambique possui 13 milhões de pessoas na pobreza absoluta. Como é possível que mecanismos de repartição de rendimentos ajudem a proteger a população quando os benefícios sociais têm de ser financiados pelas transferências de rendimentos (arrecadados por impostos e outras vias) duma minoria da população com emprego formal (apenas 15% do total) enquanto a maioria sobrevive de fontes rendimento precárias e informais?

**Moçambique no mundo.** Para esta última secção do *Desafios*, o debate enfatizou como desafio para protecção social (6) a dificuldade que Moçambique em tirar vantagens do seu envolvimento em diferentes blocos económicos e cooperação com outros países. Por exemplo, a cooperação de Moçambique com os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) como novos doadores apresenta traços similares às dos doadores tradicionais (do ocidente). A estratégia de crescimento com poupança externa acaba por perpetuar a dependência de Moçambique à ajuda externa e as crises económicas. É no âmbito desta cooperação que o endividamento de Moçambique com a China, o Brasil, a Rússia e seus efeitos foram discutidos na secção de economia.

### Considerações finais

São vários os motivos que impedem o desenvolvimento de um sistema de protecção social formal capaz de beneficiar a maioria da população moçambicana. A discussão nas 10 edições do livro não esgotou a análise dos desafios que há. Porém, a solução desses desafios envolve também uma reflexão sobre a estratégia de crescimento económico e o modelo de protecção social actuais<sup>viii</sup>. Enquanto o crescimento económico continuar ancorado na poupança externa e os mecanismos de protecção social formal não incentivarem os cidadãos a poupar não será surpreendente que a maioria da população continue na pobreza e dependente de mecanismos informais de protecção social (e.g.: protecção social demográfica) e, tão pouco será surpresa, que poucos trabalhadores contribuam para o sistema formal em vigor (por exemplo, em 2018 apenas 1/3 de 1,4 milhões trabalhadores pagou suas contribuições ao INSS).

### Principais Referências

- <sup>i</sup> FRANCISCO, António; SUGAHARA, Gustavo, "Porque Moçambique ainda não possui uma pensão universal para idosos?", in: *Desafios para Moçambique 2015*, Maputo: IESE, 2015, p. 349–382.
- <sup>ii</sup> INE, (Instituto Nacional de Estatísticas), Resultados definitivos, Censo 2017, IV recenseamento geral da população, 2019.
- <sup>iii</sup> FRANCISCO, António, Protecção Social nos Livros "Desafios para Moçambique": Reflexão inspirada nos doze anos de pesquisa do IESE, in: CHICHAVA, Sérgio (Org.), *Desafios para Moçambique 2019*, Maputo: IESE (no prelo).
- <sup>iv</sup> MATSINHE, Cristiano, "Domesticação do HIV na era do Tratamento: Uma década de verticalização de sistemas de saúde em Moçambique", in: *Conferência Desafios para Moçambique: dez anos pensando no país*, 19-20 Setembro, 2019, Maputo: IESE.
- <sup>v</sup> SIÚTA, Moisés, Protecção Social e Poupança em 10 edições do *Desafios*: que tipo de protecção social pode Moçambique desenvolver?, in: CHICHAVA, Sérgio (Org.), *Desafios para Moçambique 2019*, Maputo: IESE (no prelo).
- <sup>vi</sup> HANSINE, Rogers; ARNALDO, Carlos, "Natureza demográfica e consequências do crescimento urbano em Moçambique", in: *Conferência Desafios para Moçambique: dez anos pensando*

*no país*, 19-20 de Setembro de 2019, Maputo: IESE.

<sup>vii</sup> AR, (Assembleia da República), Lei nº 4/2007 de 7 de Fevereiro (Quadro Legal da Protecção Social), 2007.

<sup>viii</sup> SIÚTA, Moisés, "Protecção Social e poupança em 10 edições do *Desafios para Moçambique*", in *Conferência Desafios para Moçambique: dez anos pensando no país*, 19-20 de Setembro de 2019, Maputo: IESE.